

Contra o voto aberto

Da Redação

Embora Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) já se inclinem pela renúncia, seus advogados ainda estudam uma hipótese de livrá-los da cassação a partir do relatório apresentado pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ). Ao mencionar a palavra cassação, Saturnino pode ter dado a saída que os advogados de ACM e Arruda precisavam para tentar reverter o processo. A hipótese estudada é a de impugnar a votação da próxima semana, caso ela seja aberta. Os advogados entendem que, ao mencionar a cassação em seu relatório, Saturnino pode ter criado uma si-

tuação que implica votação secreta. Como ela deve ser aberta — essa é a decisão do presidente do Conselho de Ética, Ramez Tebet (PMDB-MS) — abre-se a brecha para a impugnação.

A Constituição preconiza que julgamentos de perda de mandato de parlamentares ocorram em votação secreta. Ao recomendar a punição, o relatório de Saturnino vai se configurar numa prévia da cassação propriamente dita. Aberta, ela explicitará a opinião dos senadores sobre o caso, o que pode ser inconstitucional. Mais do que isso, entendem os advogados, o conhecimento dessa vontade na cassação de Luiz Estevão é inclusive o motivo do processo contra ACM e Arruda.